

Ficha de unidade curricular

2022-2023

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Direito Comparado II

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Luís Gonçalves da Silva - 2h/semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Sem outros docentes

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Apreender o Direito Constitucional do Trabalho Comparado, com especial destaque em diversos temas, conferindo um conhecimento teórico-prático dos principais problemas e vias de solução, tendo presente as posições doutrinárias e jurisprudenciais dos países em causa.

Conteúdos programáticos (principais pontos de análise)

- § 1.º Introdução
- § 2.º Constitucionalização do Direito do Trabalho
 - 2.1. Enquadramento geral
 - 2.2. O trabalho nas Constituições
 - a) Itália
 - b) Alemanha
 - c) França
 - d) Portugal
 - e) Espanha
- § 3.º Horizontalização dos direitos fundamentais
- § 4.º Direito colectivo do trabalho
 - 4.1. Direito à negociação colectiva



١.		•
~ 1	1+0	110
aı	Itál	10

- b) Alemanha
- c) França
- d) Portugal
- e) Espanha
- 4.2. Direito à greve e lock-out
 - a) Itália
 - b) Alemanha
 - c) França
 - d) Portugal
 - e) Espanha
- § 5.º Direito individual do trabalho
 - 5.1. Segurança no Emprego
 - a) Itália
 - b) Alemanha
 - c) França
 - d) Portugal
 - e) Espanha
 - 5.2. Direito à remuneração
 - a) Itália
 - b) Alemanha
 - c) França
 - d) Portugal
 - e) Espanha

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

A abordagem teórica-prática pretende transmitir o quadro geral do Direito Constitucional do Trabalho Comparado, visando conferir aos discentes uma visão ampla dos diversos problemas nas diferentes ordens jurídicas.



Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas teóricas-práticas são complementadas com apresentação de trabalhos (orais e escritos) dos discentes.

A nota será atribuída tendo presente a avaliação contínua (50%) e o teste escrito (50%).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A abordagem teórica-prática pretende transmitir o quadro geral do tema identificado, visando conferir aos discentes conhecimentos sobre vários institutos em diversas ordens jurídicas.

Bibliografia principal

Luís Gonçalves da Silva e Sara Leitão, *Direito Constitucional do Trabalho Comparado*, «Manuais da Clássica», AAFDL/Imprensa da FDUL, Lisboa, 2021.